UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

A AUDIODESCRIÇÃO COMO RECURSO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS: OPORTUNIDADES IGUAIS PARA NECESSIDADES DIFERENTES

SOFIA FERREIRA ALVES FIORE

BRASÍLIA – DF

2015

.

SOFIA FERREIRA ALVES FIORE

A ADIODESCRIÇÃO COMO RECURSO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS: OPORTUNIDADES IGUAIS PARA NECESSIDADES DIFERENTES

Trabalho final de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, à Comissão examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.ª Dra. Fátima Lucília Vidal Rodrigues

BRASÍLIA – DF

2015

FIORE, Sofia Ferreira Alves.
Monografia: A AUDIODESCRIÇÃO COMO RECURSO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS: OPORTUNIDADES IGUAIS PARA NECESSIDADES DIFERENTES. Sofia Ferreira Alves Fiore Brasília: UnB. 2015. P.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, 2015.

TERMO DE APROVAÇÃO

SOFIA FERREIRA ALVES FIORE

A AUDIODESCRIÇÃO COMO RECURSO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS: OPORTUNIDADES IGUAIS PARA NECESSIDADES DIFERENTES

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DEFENDIDO SOB A AVALIAÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA CONSTITUÍDA POR:

_____

PROF. DR. FÁTIMA LUCÍLIA VIDAL RODRIGUES (ORIENTADORA)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

_____

PROF. DR. MARIA ALEXANDRA MILITÃO RODRIGUES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

_____

PROF. MSC. CHARLES ROCHA TEIXEIRA
INSTITUTO DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Soraya Ferreira, minha inspiração, que me fortaleceu, corrigiu meus deveres de casa, avaliou meus trabalhos, sonhou com minha graduação, chorou na minha aprovação e agora se emociona com a apresentação da minha monografia. Obrigada por seu apoio e incentivo nas horas difíceis.

À minha família, pessoas que desde cedo me educaram e ajudaram a me tornar quem sou hoje. Obrigada pelo amor e apoio incondicional.

À professora Fátima Vidal, pela paciência na orientação que tornou possível a conclusão desta monografia.

Ao meu namorado Marcelo Cavalcante, companheiro de todos os momentos. Obrigada por me incentivar e ser companheiro. Felicidade, tristeza, sonhos, tudo parece melhor ao seu lado.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constante.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Por fim, aos membros da banca examinadora, Charles Rocha Teixeira e Maria Alexandra Militão Rodrigues, pela disponibilidade de participar e pelas contribuições acadêmicas à monografia.

Muito Obrigada!

"O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros."

- Paulo Freire.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso visa contribuir para uma escola cada vez mais disponível a diferença, justa, inclusiva e que ratifique uma prática pedagógica na cidadania e não para a cidadania. Visa também estudar normas, leis, e aspectos da educação inclusiva no Brasil assim como a formação docente. O objetivo deste trabalho é pesquisar sobre a audiodescrição e sua aplicação no universo escolar, como um recurso pedagógico e de acessibilidade que visa incluir crianças com deficiência visual. O objetivo específico é propor atividades pedagógicas com audiodescrição para serem utilizadas por professores dento e fora das salas de aula. À luz da teoria recorremos a autores como MOTTA (2014), FREIRE () e SILVA (2009). Metodologicamente passamos pelo levantamento de bibliográfica referente a audiodescrição para crianças e a educação inclusiva no Brasil, bem como o estudo de filmes lançados comercialmente com audiodescrição para crianças. Em seguida, as atividades foram propostas. Ao final, consideramos que a audiodescrição utilizada como um recurso pedagógico pode trazer grandes benefícios para o processo de ensino e aprendizagem de crianças com deficiência visual e baixa visão e criar igualdade de oportunidades culturais e educacionais para elas.

Palavras Chave: educação inclusiva, formação de professor, deficiência visual, criança, audiodescrição, acessibilidade.

ABSTRACT

This work aims at contributing for the ideal of a more equitable and inclusive school, opened to differences, which ratifies a pedagogical practice within citizenship and not for citizenship. It also aims at studying rules, laws and aspects of the inclusive education in Brazil, as well as the training of teachers. The main objective here is to make a research on audio description and its applicability on the school environment, as a pedagogical and accessibility resource that includes visually impaired children. Another objective is the proposal of pedagogical activities with audio description to be applied by teachers inside or outside the classroom. The theoretical approaches are grounded on authors like MOTTA (2014), FREIRE () e SILVA (2009). As methodological procedures, a bibliographic research referring to audio description for children and inclusive education in Brazil was made, as well a study about audio described films for children commercialized in the country. After that, the activities were proposed. As a result, this study points that the audio description as a pedagogical resource may benefit the teaching/learning process of visually impaired children and create equity of cultural and educational opportunities for them.

Key-words: inclusive education, training of teachers, visual impairment, children, audio description, accessibility.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **10**
PARTE I..... **11**
MEMORIAL.....Er
ro! Indicador não definido.
PARTE II..... **15**
INTRODUÇÃO **16**
1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DOCENTE..... **17**
2. AUDIODESCRIÇÃO **28**
2.1 Estimulação da criança cega..... **32**
3. UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA INCLUSIVA E A AUDIODESCRIÇÃO..... **35**
3.1 Atividade: Conhecendo a audiodescrição..... **37**
3.2 Atividade: criando uma história com audiodescrição..... **39**
3.3 Atividade: Conhecendo a escola..... **39**
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS..... **41**
PARTE III **43**
5. PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS..... **44**
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... **45**

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso em Pedagogia foi desenvolvido e realizado no 2º semestre de 2015. Fruto de vivências e experiências da autora nos Projetos de Iniciação Cientifica (PIBICs) em que foi bolsista com o tema de audiodescrição ao longo da graduação na Universidade de Brasília.

Este trabalho encontra-se organizado em três partes: memorial, ensaio bibliográfico e perspectivas profissionais. O memorial é um breve relato reflexivo sobre a história pessoal da pesquisadora, os caminhos que trilhou para fazer o curso de Pedagogia e a escolha do tema nesse contexto.

O ensaio bibliográfico traz as seguintes questões de pesquisa: Como a audiodescrição pode contribuir para a educação inclusiva dentro do processo de ensino e aprendizagem? Assim, o objetivo geral, diretamente ligado a essa pergunta é: Investigar a contribuição da audiodescrição como um recurso pedagógico em sala de aula. Esse ensaio está dividido em introdução, três capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo traz discussões sobre a educação inclusiva no Brasil, leis e normas e a formação docente. Depois é apresentado o recurso da audiodescrição como um recurso pedagógico que promove a acessibilidade de crianças com deficiência visual nas escolas e os parâmetros de uma audiodescrição para o público infantil. O terceiro capítulo trata de um olhar para prática inclusiva por meio do recurso da audiodescrição, são feitos relatos sobre o período de observação em escola em projetos anteriores e as propostas de atividades pedagógicas com audiodescrição a serem sugeridas aos professores.

Por fim, na terceira e última parte, são apresentadas as perspectivas profissionais da autora.

PARTE I

MEMORIAL

Nasci em 1994 na cidade de São Paulo, filha de mãe Professora universitária e pai advogado. Minha família era composta por mim, minha mãe, meu pai e meu irmão, um ano e um mês mais novo, e vários familiares que moravam em São Paulo, como meus avós, tios, primos etc. Minha mãe e meu pai não foram casados por muito tempo e quando eu tinha dois anos eles se separaram. Como nossa família era muito grande e acolhedora, cresci rodeada de amor e carinho, e sempre que penso na palavra família lembro-me de todos reunidos na casa da minha avó materna para comemorarmos as datas festivas.

Quando eu tinha seis anos minha mãe, meu irmão e eu nos mudamos para Curitiba. Lembro-me bem da cidade, da escola em que estudava, do frio e das chuvas de granizo que atormentavam todo mundo. No colégio eu e meu irmão fazíamos parte do período integral, ficávamos de manhã dentro da sala de aula com a professora de ensino fundamental, almoçávamos e de tarde fazíamos atividades complementares como inglês, esporte e música. Fui alfabetizada na idade certa, porém minha dificuldade era com números. Desde pequena tinha dificuldades em matemática e hoje percebo que por causa dos professores que foram me passando de ano até hoje encontro dificuldades em matérias como física e na própria matemática.

Depois de quatro anos morando em Curitiba, minha mãe decidiu que moraríamos em Fortaleza, cidade na qual ficamos durante oito anos. Lá ela conheceu meu padrasto, Daniel, e eles estão casados até hoje. Eu adorava morar em Fortaleza e vivi anos muito felizes lá. Tinha muitos amigos e gostava muito de morar em cidade de praia. No colégio eu não ia muito bem nos estudos, principalmente, na área de exatas, porém os professores iam me passando de ano como se eu tirasse notas boas, o resultado disso como todos já sabem foi um grande déficit na minha formação escolar na área de exatas. Como minha mãe e meu padrasto, por serem professores não concordavam muito com aquela politica da escola, trocaram-me de colégio. Por fim, eu não gostava desse novo colégio e acabei reprovando, quando isso aconteceu minha mãe me tirou do colégio para que eu pudesse me encontrar na vida e

assim comecei a fazer o KUMON, um método japonês de ensino. Gostava muito de ir para lá e depois de algumas semanas a dona me chamou para trabalhar como assistente. Foi então que comecei a me identificar com o ensino e gostar da relação de professor e aluno. Além de não existirem professores da forma tradicional no KUMON, os educadores tinham também uma relação bem próxima com os alunos. Foi, então, que comecei a me interessar também por educação inclusiva, pois tive a oportunidade de ensinar alunos com Síndrome de Down. Assim, passei um ano trabalhando lá e só sai por que iríamos nos mudar para Brasília.

Então em 2010 nos mudamos para Brasília, pois minha mãe passou no concurso da Universidade de Brasília – UnB, para ser professora. De todas as mudanças essa foi a mais difícil para mim, pois deixei muitos amigos em Fortaleza além de adorar a praia. Assim, nos mudamos para a 214 norte e começamos nossa vida em Brasília. Eu e meu irmão fomos estudar no colégio Leonardo da Vinci, então voltei para os estudos e fiquei lá até o segundo ano. Como tinha ficado fora do colégio por um ano, já havia desacostumado com o esquema de sala de aula, de não poder estudar temas interessantes, com conteúdos mais voltados para os direitos humanos, para a diversidade e para a vida. Com isso, sai do colégio novamente, porém dessa vez com um plano traçado. Ao sair do colégio fui para um cursinho pré-vestibular e ao completar 18 anos comecei a fazer supletivo referente ao segundo e terceiro ano. Nesse período fiz também a prova do vestibular e ao me formar no supletivo passei também para cursar pedagogia na Universidade de Brasília. Assim o plano tinha dado certo e eu começava ali uma nova etapa da minha vida.

Em 2012 então entrei para a UnB, e ao longo do curso fui percebendo que apesar da minha trajetória escolar ter sido um pouco conturbada era ali mesmo que eu queria estar e me profissionalizar como pedagoga. Durante esses quatro anos de curso eu pude crescer não só na área profissional mas também pessoal. A universidade me apresentou muitas coisas novas e desde o começo já me interessava por educação inclusiva.

No meu segundo semestre comecei a participar de atividades de extensão e de projetos de iniciação científica os quais contribuíram imensamente para a minha formação. A minha linha de pesquisa desde o

primeiro projeto foi sobre audiodescrição, que é um recurso de acessibilidade voltado para pessoas com deficiência visual. Durante esse período pude ter um contato direto com as crianças com deficiência visual a partir do projeto de iniciação cientifica sobre audiodescrição de filmes infantis com o Prof. Msc. Charles Teixeira do Instituto de Letras. Nesse projeto passamos um ano dentro de um centro de ensino especial para pessoas com deficiência visual, o CEEDV. Nesse centro de ensino ficamos muito próximos das crianças e pudemos estudar mais sobre o desenvolvimento das crianças cegas e de baixa visão e aplicar os testes desenvolvidos para saber se a audiodescrição analisada pelo grupo seria satisfatória. Durante os quatro anos na UnB participei também ativamente do projeto de extensão Cultura e Sociedade: acessibilidade de peças audiovisuais - legendagem e audiodescrição, que me proporcionou a prática da audiodescrição de filmes e eventos presenciais, me levando à profissionalização como audiodescritora.

Assim, sempre segui na área da educação inclusiva e mais especificamente na área de ensino para pessoas com deficiência visual. Todos os projetos que participei na faculdade de educação também foram dentro dessa linha de pesquisa, o que contribuiu muito para que a minha formação pudesse ser mais completa. Meus últimos trabalhos mais especificamente foram sobre a audiodescrição para crianças com deficiência visual e de baixa visão e como esse recurso pode ser usado de forma pedagógica dentro de sala de aula.

No ultimo semestre da faculdade me engajei também em projetos de extensão que contribuíram muito para o fim da minha jornada acadêmica. Um deles foi o projeto Semillero, que despertou em mim ainda mais a vontade de conhecer o mundo, conhecer outras pessoas, outras culturas e outros ensinamentos. Assim, me encantei com as pessoas que fazem parte desse grupo e com as propostas de trabalho de intercâmbios entre as universidades de La Serena no Chile e UnB.

Dessa forma, me sinto realizada em ter conhecido e feito parte de vários projetos na Universidade de Brasília e mais especificamente ter conhecido o lado da educação inclusiva e ter estudado com muita dedicação esse assunto,

na expectativa de poder contribuir para uma sociedade cada vez mais justa e acessível.

PARTE II

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no Brasil vem sendo discutida e implementada com mais veemência nas ultimas décadas. A partir de meados da década de 1990 se inicia um novo movimento, que se prolonga até os dias de hoje, no qual a busca pela inclusão plena de todos os educandos nas classes regulares, desde a educação Infantil, seja de fato atendida. A Constituição Federal de 1988, que se configurou como um novo estatuto jurídico para o país, contou com o envolvimento da sociedade civil organizada e se caracteriza por uma ênfase nos direitos sociais.

A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural, cultural e educacional da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Um dos desafios que emergem da proposta de escola inclusiva é a formação do professor, que para Fávero (2009) é, justamente, o de repensar e ressignificar a própria concepção de educador. Isto porque o processo educativo consiste na criação e no desenvolvimento de “contextos” educativos que possibilitem a interação crítica e criativa entre sujeitos singulares, e não simplesmente na transmissão e assimilação disciplinar de conceitos e comportamentos estereotipados.

Assim, a educação para a diversidade é o meio mais eficaz para combater a exclusão educacional e promover a educação de todos. Assim, esta pesquisa visa tratar do recurso de audiodescrição no ensino e sua aplicabilidade para a promoção da acessibilidade e da inclusão de crianças com deficiência visual no ensino regular e para que professores possam ter conhecimento desse material e entender como utilizá-lo em sala de aula.

1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DOCENTE

A partir de conceitos fundamentados nos direitos humanos, a educação inclusiva se constituiu como um dos maiores desafios educacionais dos últimos anos. As questões de igualdade e diferença são abordadas como valores indissociáveis. O documento sobre os marcos Políticos-Legal da educação traz que “Ao reconhecer as dificuldades que os sistemas de ensino evidenciam a necessidade de controlar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.” (2010, p.9)

Corroborando com essa ideia, Zoia coloca em pauta as questões de convívio com as diferenças que estão em jogo na inclusão:

> [...]deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação [...] Os professores precisam tratar das relações entre os alunos. Formar crianças para o convívio com as diferenças. (ZOÍA, 2006, p. 23)

O conceito de educação inclusiva transforma a escola em um espaço para todos, favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento da sua vida escolar.

> A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (DUTRA, 2008, p.4)

Até hoje muitas escolas ainda não estão capacitadas para atender a demanda do educando com deficiência, muitas ainda esperam que o aluno se enquadre ao seu sistema e não que a escola o acolha e dê todas as condições para que seu ensino seja pleno. A “deficiência não é apenas o que o olhar

médico descreve, mas principalmente a restrição à participação plena provocada pelas barreiras sociais.” (DINIS, 2009, p.3)

O professor não é o único que detém o saber e o aprendizado é mútuo. Tanto o professor quanto o aluno aprendem compartilhando experiência, o professor é o mediador na aquisição do conhecimento e sua função é de auxiliar no despertar da consciência crítica do aluno. A educação não é um ato isolado e ela se concretiza na interação entre professor e alunos e a experiência que esses estudantes trazem de suas realidades, suas individualidades e suas necessidades. Como diz Paulo Freire (1981, p.68): “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Precisamos estar atentos para que o modelo de educação de nosso país seja inclusivo e reflita sobre questões como as de um espaço escolar como espaço de convivência do educando, no qual suas necessidades e possibilidades de crescimento e desenvolvimento sejam atendidas. A educação precisa ser direcionada para os princípios de equidade e fraternidade e não os de exclusão.

A partir disso, a lei de diretrizes e Bases da educação (LDB 9.394/96) estabelece o direito de todos à educação. O Art. 2º pauta sobre os princípios da educação nacional, a qual é dever do estado e da família proporcionar um pleno desenvolvimento da criança:

> Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Os principais documentos legais, relacionados aos direitos das pessoas com deficiência, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e a Declaração de Salamanca (1994) abordam algumas particularidades referentes à inclusão social e escolar desses indivíduos, Segundo determina a LDB 9.394/96:

> Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida

preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ARTIGO 7 ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

A Declaração de Salamanca propõe que a rede de ensino regular deverá disponibilizar os recursos necessários ao atendimento dos alunos com deficiência:

> Devem ser disponibilizados recursos para garantir a formação dos professores de ensino regular que atendem alunos com necessidades especiais, para apoiar centros de recursos e para os professores de educação especial ou de apoio. Também é necessário assegurar as ajudas técnicas indispensáveis para garantir o sucesso de um sistema de educação integrada, cujas estratégias devem, portanto, estar ligadas ao desenvolvimento dos serviços de apoio a nível central e intermédio. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 42)

Aponta também questões sobre as formas de desenvolvimento mais eficazes da educação inclusiva, reconhecendo-a como uma politica que ocupe um lugar de destaque na agenda do desenvolvimento das nações:

> O desenvolvimento das escolas inclusivas, enquanto meio mais eficaz de atingir a educação para todos, deve ser reconhecido como uma política - chave dos governos e ocupar um lugar de destaque na agenda do desenvolvimento das nações. É unicamente desta forma que se poderão obter os recursos necessários, pois as mudanças de política e as prioridades não podem ser efetivas a não ser que se disponibilizem esses mesmos recursos. É preciso um compromisso político, tanto a nível nacional como comunitário, para obter os recursos adicionais e para reorientar os já existentes. Embora as comunidades tenham de representar um papel - chave no desenvolvimento das escolas inclusivas é igualmente essencial o suporte e encorajamento dos governos para se conseguirem soluções eficazes e realistas. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 41)

Com isso, a busca pela valorização e pelo reconhecimento da diversidade dentro da educação promove uma construção de sistemas educacionais acessíveis a todos.

> Para alguns autores (MARTINS, 2006; SANTOS; MENDES, 2006), é preciso que as escolas pensem em formas de se reestruturarem para equacionar alguns fatores que atrapalham a inclusão de alunos com deficiência na escola regular e pensem em formas de colocar em prática a fundamentação filosófica que permeia o paradigma da inclusão. (MANZINI, CORRÊA, p.3)

Tanto na LDB quanto na Declaração de Salamanca, as questões defendidas são sobre o direito à acessibilidade universal. No ambiente escolar, a acessibilidade é extremamente libertadora e pode transformar e potencializar o desenvolvimento e aprendizagem da criança. Os ambientes não acessíveis são fatores que dificultam a inclusão na escola e podem determinar que alguns sejam excluídos. Um ambiente escolar não acessível pode valorizar um impedimento ou acabar tornando essa criança vítima de barreiras didáticas e atitudinais.

É preciso que a escola seja coerente com os princípios de inclusão, que reconheça estes alunos e seus direitos por meio do cuidado com a acessibilidade e a inclusão, que será possível receber esses alunos sem restrições, em um ambiente atento às suas diferenças.

> Assim sendo, pensar em um espaço escolar que atente para as necessidades socioculturais, psicoemocionais assim como a vida deste educando nos ambiente extraclasse é um desafio para todos os participantes deste espaço: educadores, gestores, funcionários, familiares profissionais especializados (fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos), dentre outros. (MELO, 2011, p.121)

A escola enquanto espaço de ensino e aprendizagem precisa ampliar os conceitos de inclusão e de acessibilidade. Ao defendermos uma escola inclusiva, devemos assegurar que todos os alunos com deficiência devem estar colocados nas classes de ensino regular e incluídos no processo de aquisição e apropriação dos saberes e não apenas inseridos dentro de uma prática que não se preocupe com a sua inclusão de fato. “A inclusão não deve ser somente um desejo teórico dos que fazem a escola, mas sim uma prática constante que envolva todas as pessoas em todos os lugares os quais fazem parte da vida cotidiana do aluno”. (MELO, 2011. p. 122)

Podemos então afirmar que a deficiência não é a grande causadora de barreiras, mas sim, as barreiras sociais, políticas, arquitetônicas, comportamentais, ideológicas e culturais são as causadoras das deficiências. Uma pessoa com deficiência visual, por exemplo, torna-se ainda mais deficiente quando seu direito de ir e vir está sendo prejudicado, quando ele não pode ter acesso as produções audiovisuais que fazem parte da nossa

cultura ou quando dentro de uma sala de aula os professores não tornam aquele aluno parte da turma, assegurando a sua aprendizagem e desenvolvimento.

Após 15 anos de tramitação no Congresso Nacional, a Lei Brasileira de Inclusão **LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015** foi sancionada e entrará em vigor no dia 2 de janeiro de 2016. Essa lei prevê mudanças em diversas áreas, como trabalho e educação. A Lei Brasileira de Inclusão é um verdadeiro avanço na inclusão de pessoas com deficiência na sociedade e foi relatada pela deputada Mara Gabrilli, na Câmara dos Deputados, e pelo senador Romário, no Senado. A Lei estipula seis meses para que as instituições públicas e privadas de ensino se adaptem antes que ela entre oficialmente em vigor.

Um dos pontos mais interessantes dessa nova lei é que ela muda a visão sobre o conceito de deficiência, deixando de ser considerada um atributo da pessoa e passando a ser o resultado da falta de acessibilidade que a sociedade e o estado oferecem. Assim, além de ser uma conquista para as pessoas com deficiência, essa lei é também uma conquista para a democracia. O parágrafo II do Art. 28 da **LEI nº 13.146** visa aprimorar os sistemas educacionais, garantindo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.

Assim, toda crianças com deficiência têm e terá o direito a um ensino de qualidade e que atenda às suas necessidades. A LBI conta também, com a proibição de cobranças extras de alunos com deficiência e a oferta de profissionais de apoio escolar.

> X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;
>
> XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio.

> § 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do **caput** deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

Com isso, podemos dizer que a Lei Brasileira de Inclusão conseguiu reformular toda a legislação brasileira, alterando leis que não atendiam ao novo paradigma da pessoa com deficiência ou que simplesmente a excluíam.

Algumas questões sobre comportamentos preconceituosos com relação às pessoas com deficiência também são fatores que muito contribuem para anulação das potencialidades do educando com deficiência.

> Visto que é a partir do olhar do outro que vamos formando nossas concepções de mundo e de nós, o indivíduo constrói suas características identitárias muito em função do que lhe é transmitido pela concepção do outro em relação de si mesmo, assim sendo esta influência pode ser positiva para o sujeito ou ainda negativa. Os profissionais que trabalham no espaço escolar devem ter noção sobre os reforços negativos que o senso comum carrega e que por vezes transmite para os indivíduos com deficiência, definindo elementos que vão constituir a auto-imagem dos mesmos. (MELO, 2011, P.123)

Podemos dizer segundo Silva (2011), que as questões de identidade e diferença são problemas sociais, e ao mesmo tempo, um problema pedagógico e curricular. Pois em um mundo heterogêneo o encontro com o outro, com o diferente é inevitável, tornando-se um problema social. É um problema pedagógico e curricular por que além de em uma sociedade atravessada pela diferença, as crianças e jovens interagem forçadamente, as questões sobre o outro e sobre a diferença não podem deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular.

Nesse sentido, Paulo Freire coloca que por meio da sua ação educativa, os professores devem repensar suas práticas criticamente e buscar entender a diversidade dos alunos, respeitando e ensinando seus educandos:

> Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É

> pensando criticamente a prática de hoje e de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (FREIRE, p.18)

Assim como Freire, Nóvoa (1995): também defende que:

> A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores. (p. 25)

Assim, inclusão dentro da escola não deve ser vista só por uma perspectiva de ampliação dos sistemas, pensando apenas no crescimento quantitativo, mas também pensando na melhoria do nosso sistema escolar. Precisamos aprimorar tanto o sistema de gestão, quanto a atuação dos profissionais e do processo de ensino e aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 preconiza a politica de formação dos professores para a inclusão escolar e define que os sistemas de ensino devem promover uma educação de qualidade com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização que atendam as necessidades especificas destes educandos e assegurar também professores capacitados para oferecer um ensino digno qualificado a esses alunos.

> A ausência de conhecimento do professor sobre as peculiaridades das deficiências, o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes e a não flexibilização do currículo podem ser considerados fatores determinantes para barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distanciadas das necessidades reais dos educandos e resistência com relação à inclusão (PIMENTEL, 2012, p. 139)

No Brasil, a partir da PORTARIA N.º 1793, passou a ser considera a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros

profissionais que interagem com pessoas com deficiência, recomendando a inclusão de disciplinas como “aspectos ético-politico educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas.

Essa portaria recomenda também a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais[1] nos cursos do grupo de Ciência da Saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional), no Curso de Serviço Social e nos demais cursos superiores, de acordo com as suas especificidades.

Na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, a educação deve ser inclusiva no sentido de atender uma política de integração:

> A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL, 2001, p. 25-26).

Segundo Martins (2012), está previsto, que na formação inicial, durante a graduação, todos os futuros professores da Educação Básica devem desenvolver competências para atuar também com alunos que apresentem necessidades especiais, em qualquer etapa ou modalidade de ensino, na perspectiva de se efetivar a educação inclusiva.

Segundo o art.8, inciso I da a Resolução nº 02/2001, do CNE e da Câmara de Educação Básica, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, prevê que as escolas da rede regular de ensino devem promover na organização de suas classes comuns e

[1] O termo Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, hoje foi substituído por Pessoa com Deficiência. O termo foi mantido devido ao seu caráter de citação.

professores capacitados e especializados, respectivamente para o atendimento às necessidades educacionais individuais dos alunos com deficiência.

Porém, apesar da existência da Portaria nº 1.793/94 que dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e das Resoluções do CNE, muitas instituições de ensino superior ainda não são bem estruturadas com relação à oferta de disciplinas ou se estruturadas fazem de maneira precária.

Correia (2008), destaca que os professores necessitam de uma formação mais completa com relação a educação inclusiva:

> Os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos. (CORREIA, 2008, p.28)

Assim, não só os professores, mas todos os profissionais que constituem o ambiente escolar devem estar capacitados para atender a demanda dos educandos com deficiência e proporcionar condições pedagógicas para o trabalho com a diversidade que podemos presenciar no cotidiano escolar.

O professor precisa promover um currículo de um modo que possa assegurar o atendimento à diversidade existente em sua sala de aula, ele precisa refletir sobre o currículo proposto, questionando os conteúdos que já existem, os objetivos para que a realidade da sua turma seja atendida.

> A compreensão da existência de diferentes caminhos para a aprendizagem fará com que o professor pense o processo de ensino e busque recursos distintos que favoreçam a aprendizagem, ainda que em tempos diferenciados. Isso requer um profissional embasado teoricamente para justificar as suas decisões e devidamente implicado com a realidade dos seus alunos e com o seu processo de aprendizagem. (PIMENTEL, 2012 p.143)

Assim, a formação dos profissionais da educação passa a ser uma questão central para a implementação de uma escola inclusiva. Investir nas

peculiaridades de cada aluno, atender a todos na escola, incorporar a diversidade sem nenhum tipo de distinção e promover a aprendizagem de todos é a função primordial do professor na escola inclusiva.

Há vários recursos de acessibilidade que podem ser utilizados tanto na sala de aula como na sala de recursos que auxiliam os professores e que podem trazer grandes benefícios ao ensino e aprendizagem de crianças com deficiência. Neste trabalho, será tratado, mais especificamente, o recurso da audiodescrição, que será descrita no próximo capítulo.

2. AUDIODESCRIÇÃO

A audiodescrição é uma modalidade de tradução áudio visual que visa promover a inclusão de pessoas com deficiência visual ao tornar acessíveis produções como filmes, peças de teatro, obras de arte e etc. Segundo Silva, “Esse é um processo complexo que envolve a transformação de imagens em palavras para que informações-chave transmitidas visualmente tornem-se acessíveis a indivíduos não videntes e as mesmas possam acompanhar o enredo de uma história”. Corroborando com essa ideia, Alves, Teles e Pereira (2011, p.9) “Essa operação é bastante complexa, pois não basta apenas descrever o que se vê, mas o que é relevante para a organização semiótica da obra”.

SILVA (2012) aponta que a audiodescrição tem algumas modalidades e que ela pode ser pré-gravada, ao vivo ou simultânea:

> No primeiro caso, um roteiro é preparado previamente e, em seguida, gravado e mixado junto ao áudio original. É o que ocorre com os DVDs. No segundo caso, um roteiro também é preparado, mas o mesmo é lido durante a apresentação do espetáculo e está sujeito a alterações devido ao fato do próprio material sendo descrito permitir improvisações. É o que ocorre numa peça de teatro. No último caso, não existe um roteiro. O audiodescritor constrói o texto à medida que a ação se desenrola. É o que acontece num programa de TV ao vivo. (SILVA, 2012, p.285)

No Brasil, a audiodescrição é prevista e regulamentada pela portaria número 310 de 27/07 de 2006 (Diário Oficial da União de 28/07/2006) que complementa o decreto n° 5296 de 2/12/2004 que trata da acessibilidade. Com isso, a implantação da audiodescrição por emissoras de televisão torna-se obrigatória para que pessoas com deficiência visual tenham acesso à informação e à comunicação, apesar dessa prática ainda não ser constante.

Há mais de 50 anos o direito à comunicação é reconhecido em diversos países. Vale lembrar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Artigo 19º afirma que:

> Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão”, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem

> consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.http://www.camara.gov.br/sileg/integras/460005.pdf

O ministério das comunicações aprovou em 27 de julho de 2006, a Portaria Nº. 310, a qual define, entre outros, a audiodescrição como um recurso de acessibilidade que corresponde a uma locução, em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, destinada a descrever imagens, sons, textos e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência visual.

Entendemos a audiodescrição como um princípio gerador de conhecimento, pois o espectador com deficiência visual pode a partir desse recurso, ter acesso a novos mundos, culturas e conceitos. A audiodescrição influencia na forma de recepção e traz ao espectador uma nova realidade.

Segundo Franco (2007, p.152) a AD é tão antiga como a atividade de narrar a um deficiente visual as coisas que acontecem no mundo ao seu redor. Mas, foi apenas em 1981, no *Arena Stage Theatre* de *Washinton DC*, que se iniciou o trabalho de audiodescrição como um meio formal de tornar um espetáculo acessível a deficientes visuais. Ainda nesse ano, foi fundado o Serviço de Audiodescrição, que promovia sessões audiodescritas por todo os Estados Unidos.

A primeira AD que se conhece feita na televisão, ocorreu em 1983 e foi realizada por uma rede de TV japonesa NTV. No final dos anos 80, algumas emissoras de TV da Catalunha também começaram a utilizar a AD em algumas de suas transmissões. Em 1994 a TV britânica também aderiu a esse sistema. Desde então, cada vez mais países no mundo passaram a utilizar a AD na televisão em DVD (p. 152).

No nosso país, muitas pessoas ainda desconhecem esse recurso de acessibilidade e sobre os benefícios que essa atividade pode trazer as pessoas com deficiência visual. Vivemos ainda em um pais em desenvolvimento e que ainda não se dá muita importância necessária para a questão da acessibilidade, mesmo com o apoio de leis que o determinam.

> Os direitos sociais são ocultados por questões econômicas e políticas, e a AD continua como uma atividade que ainda precisa ser descoberta no Brasil, assim como a formação de profissionais em acessibilidade audiovisual precisa ser desenvolvida. (SANTOS, 2011, p.20)

No Brasil ainda são poucos os estudos sobre audiodescrição para o público infantil e não há parâmetros definidos para tal prática.

Países como a Inglaterra, já possuem alguns parâmetros específicos em audiodescrição para crianças. Esses parâmetros são baseados nas questões cognitivas e de aprendizado da criança com deficiência visual e abordam questões importantes como linguagem, fala e música, efeitos sonoros e o desenvolvimento da criança com deficiência visual. O guia RNIB Sunshine House School (2009) traz essas especificações que nos ajudam a entender mais sobre a audiodescrição para crianças.

Para o Guia, a audiodescrição não deve ser muito repetitiva, mas deve ser enérgico e direto ao ponto. O objetivo precisa ser o de transmitir as histórias ao invés de tentar oferecer às crianças informações desnecessárias sobre tudo que está no filme, pois crianças pequenas têm períodos curtos de atenção e dificuldade de absorver grandes quantidades de informação verbal.

Sobre as questões de linguagem, ele aponta que as construções das frases devem ser simples, porém colocar uma palavra difícil ocasionalmente é aceitável e pode gerar interesse. Assim, a criança vai achar mais fácil perguntar o significado de uma palavra difícil do que perguntar sobre a passagem inteira que está além da compreensão dela.

Com relação aos efeitos sonoros, o guia aponta que especialmente em animações infantis, os efeitos sonoros transmitem fortemente uma ação, a qual pode ser muito divertida e as crianças gostam de ouvi-las e imita-las. É aconselhado que a audiodescrição não se sobreponha a esses efeitos importantes para descrever outros elementos não pertinentes à cena.

Com relação às questões musicais, as crianças na maioria das vezes gostam bastante de animações musicais e canções durante o filme, mesmo não tendo a idade suficiente para entender o enredo e se, possível, a audiodescrição não deve se sobrepor a trilha sonora.

Hoje, no Brasil, a questão da educação se encontra muito ligada às questões da inclusão. A busca pela valorização e pelo reconhecimento da diversidade dentro da educação promove e deve seguir promovendo uma construção de sistemas educacionais acessíveis a todos.

> Para alguns autores (MARTINS, 2006; SANTOS; MENDES, 2006), é preciso que as escolas pensem em formas de se reestruturarem para equacionar alguns fatores que atrapalham a inclusão de alunos com deficiência na escola regular e pensem em formas de colocar em prática a fundamentação filosófica que permeia o paradigma da inclusão. (MANZINI, CORRÊA, p.3)

Nesse sentido a audiodescrição é um recurso de acessibilidade que pode trazer grandes benefícios ao ensino/aprendizagem de crianças com deficiência visual.

É preciso que cada vez mais a audiodescrição se torne um recurso acessível às crianças com deficiência visual e que estas possam ter igualdade de oportunidades culturais, educacionais e de lazer.

O conhecimento sobre esse recurso pelos profissionais da escola permitirá que a acessibilidade enriqueça o trabalho pedagógico e abra mais "oportunidades de aprendizagem para os alunos cegos e com baixa visão, além de alunos com deficiência intelectual, alunos com dislexia, com déficit de atenção, autistas e, mesmo, alunos sem deficiência".

A audiodescrição dentro não só da sala de aula, mas também da escola como um todo, irá proporcionar aos alunos "uma visão mais humana e acessível do mundo em que vivem, preocupando-se nos espaços que convivem e em suas futuras profissões em como transformar a sociedade em um lugar mais justo e inclusivo, mais pacífico e amoroso". (MOTTA, 2014, p.12)

O professor, ao descrever o mundo imagético para a criança cega como as imagens dos livros didáticos, o ambiente da sala de aula, os colegas de classe, o pátio da escola e etc., faz com que a criança se sinta parte daquele espaço e possa assim ter experiências mais profundas de aprendizagem. A consciência do professor em tornar a sala de aula um espaço acessível é de total importância para um ensino digno de crianças com deficiência visual.

Segundo grupo de trabalho da política nacional de educação especial:

> A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança.(DUTRA, 2008, p.16)

Com isso, podemos dizer segundo Silva (2011) que as questões de identidade e diferença são problemas sociais ao mesmo tempo em que são um problema pedagógico e curricular. Pois em um mundo heterogêneo o encontro com o outro, com o diferente é inevitável, tornando-se um problema social. É um problema pedagógico e curricular por que além de em uma sociedade atravessada pela diferença, às crianças e jovens interagem forçadamente, as questões sobre o outro e sobre a diferença e assim não podem deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular.

Nos tempos atuais, construir uma escola inclusiva que atenda adequadamente os estudantes com deficiência e suas especificidades, é um dos grandes desafios do sistema educacional brasileiro. Respeitar os ritmos de aprendizagem, as diferentes características e potencialidades desses alunos são de grande importância pra a se obter de fato um resultado positivo dentro das escolas de ensino regular inclusivas.

2.1 Estimulação da criança cega

A criança cega, desde o seu nascimento precisa de uma estimulação essencial para que suas habilidades sejam exploradas e aprimoradas fazendo com que a perda da visão não seja um motivo de desistência.

> O estímulo às potencialidades e o desejo da pessoa viver o mais independentemente quanto lhe for possível, deve começar desde muito cedo para os nascidos com deficiência, e fazer parte de uma conscientização permanente das pessoas que prestam cuidados significativos, tanto no ambiente familiar quanto no espaço escolar. Portanto, isto deve começar em

> casa e continuar a ser estimulado na escola e pela sociedade em geral. (MELO, 2011, p 124)

As estratégias de aprendizagem, os procedimentos, os meios de acesso ao conhecimento e a informação, devem ser adequados às condições visuais destes indivíduos, proporcionando ao deficiente visual a segurança e a capacidade de ser sujeito de sua própria história. (CAVALCANTI, p.187)

A audiodescrição pode contribuir de forma eficaz nesse processo de estimulação da criança com deficiência visual, pois proporcionara a imersão destas no mundo audiovisual, fazendo com que elas possam ter acesso à informações que em muitos casos estão expressas apenas em imagens. Segundo Carletto:

> O homem se torna humano não apenas por sua carga genética, mas pela possibilidade de se apropriar, através de suas atividades, do mundo e das criações humanas. Tendo nascida privada do sentido da visão, mais do que as outras, a criança cega necessita de contato com tudo que a cerca, pois o aprendizado vem do social (família, escola, comunidade). Precisa ser estimulada em todos os momentos, isto é, o aprendizado deverá ser constante. (CARLETTO, 2007/2008, pag 5)

Segundo Sylvia Santin & Joyce Nesker Simmons (1977):

> A conceituação de cegueira como diferença e não como déficit é fundamental para se compreender como uma criança que nasceu totalmente cega conhece o mundo, obtém informações sobre ele e constrói a sua realidade. Assim, é necessário focalizar os elementos sensoriais e cognitivos para que se possa avaliar essa construção de mundo pelas crianças cegas.

Para Vigotsky (1987), o grande problema da deficiência não pode ser visto, pois é um problema social já que educar significa integrar a criança à vida e a sociedade. Para ele o importante não é o “defeito”, e sim o sujeito.

A visão, mesmo sendo uma das principais fontes de acesso às informações por pessoas sem deficiência, não significa que seja o único canal de acesso à informação. (BATISTA; ENUMO, 2000). A audiodescrição como

forma de estimulação à criança cega participa contribuindo para a “integração sensorial, a sintetização e a interpretação das informações fornecidas por outros canais perceptivos que devem ser amplamente exploradas por aqueles que cuidam das crianças com deficiência visual” (SOUZA et al., 2010).

3. UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA INCLUSIVA E A AUDIODESCRIÇÃO

Investigar a teoria acerca da educação inclusiva no Brasil e os direitos humanos, a audiodescrição para crianças, aspectos cognitivos da criança cega e de baixa visão bem como ter acesso a trabalhos que analisam a audiodescrição dentro de sala de aula, configurou-se como um trajeto importante para problematizar a temática deste ensaio.

Após o trabalho teórico, fizemos a seleção e análise de filmes infantis com audiodescrição lançados comercialmente no Brasil e depois passamos pela fase de observação e realização de relatórios referentes às aulas observadas em uma escola da rede pública. Por fim, elaboramos atividades com filmes audiodescritos para serem trabalhadas pelos professores em sala de aula.

Em pesquisa realizada anteriormente, em uma escola de ensino fundamental pública, inclusiva, na turma de quinto ano, observei durante seis meses, as aulas de uma professora de ensino fundamental. Haviam duas crianças cegas na sala de aula e pude observar que a inclusão não acontece de forma efetiva dentro do ambiente escolar como os exemplos relatados a seguir:

"A primeira coisa que me chamou a atenção quando entrei na sala de aula foi a disposição das cadeiras e das crianças dentro da sala. Os alunos sem deficiência sentavam em duplas em frente ao quadro e a professora, enquanto os dois alunos com deficiência visual, um menino de 12 anos e uma menina de 15 sentavam-se no fundo da sala com suas maquinas de escrever em braile e muito dificilmente interagiam com seus colegas de classe. Na aula de geografia, a professora começou a dar o conteúdo sobre as camadas da terra e enquanto mostrava o livro para os alunos sem deficiência e explicava quais eram as camadas e as características de cada uma, os alunos deficientes visuais estavam sentados realizando uma atividade de texto na qual já não aguentavam mais fazer, pois tinham que copiar o texto e depois responder as inúmeras perguntas referentes a esse texto o qual tinha um tema totalmente diferente da aula que estava sendo ministrada. Enquanto os alunos

respondiam as questões a professora comunicou que iria buscar um globo terrestre para complementar a aula, assim saiu da sala e permaneceu uma hora e vinte minutos fora. Com a ausência da professora as crianças começaram a fazer uma bagunça, porém não deixavam que as crianças com deficiência visual bagunçassem também, eles deveriam terminar suas atividades de texto. Ao retornar a sala de aula com o globo todos ficaram animados porém ninguém pôde tocar no globo nem interagir com aquele objeto que chamava a tenção de todos. As duas crianças com deficiência visual reclamaram varias vezes que a atividade estava cansativa e que não aguentavam mais fazer, entretanto a professora sem o mínimo de paciência falou que eles deveriam terminar a tarefa sem reclamar. No final da aula os dois ainda não haviam conseguido terminar as tarefas, então a professora começou a dar as respostas para eles para que pudesse sair logo para o intervalo." (Registro de campo).

Vamos a outro exemplo:

Quando cheguei esse dia na escola, a professora me falou que haveria algumas atividades ao longo da semana com relação a semana da pessoa com deficiência. Então no começo da aula todos os alunos da escola foram para o pátio para assistir um filme que de acordo com a coordenadora seria um filme com audiodescrição. O filme escolhido pela escola foi uma animação sobre a história de vida de Helen Keller. Antes de começar o filme a coordenadora teve uma breve fala e explicou que a audiodescrição "servia para que as pessoas com deficiência visual pudessem entender o filme". Assim, a professora da classe que eu estava fazendo a observação começou a fazer a audiodescrição ao vivo. A audiodescrição não se enquadrava nas normas recomendadas pelo guia RNIB Sunshine House School, pois a professora falava gritando, sobrepunha as falas dos personagens e não descrevia os aspectos principais para uma boa interpretação do filme. Além de sobrepor as musicas cantadas que também faziam parte da história do filme. Após o filme as crianças voltaram para sala e não tiveram nenhuma discussão sobre o filme ou sobre o que é o recurso de acessibilidade usado no filme, no caso a audiodescrição. (registro de campo)

Infelizmente casos como esses são muito frequentes em escolas que são intituladas inclusivas. Pois como afirma Kassar (2011)

> Os desafios da implantação de uma política nacional de "educação inclusiva" são muitos. Estes desafios tornam-se evidentes mesmo quando estão cumpridas as exigências que os programas e projetos explicitam: salas reduzidas, acompanhamento em salas de recursos, adequação do espaço escolar, formação de professores, acolhimento da escola etc. (KASSAR, 2011, p. 75)

Assim, com base nessas reflexões, foram pensadas atividades para que a audiodescrição seja usada como um recurso pedagógico dentro da sala de aula, promovendo assim a participação de crianças com deficiência visual em qualquer tipo de atividade.

3.1 Atividade: Conhecendo a audiodescrição

Iniciar uma roda de conversa com os alunos videntes e não videntes sobre o que é audiodescrição, se algum deles já viu algum filme com audiodescrição e se sim contar para os colegas como foi essa experiência.

Após o relato dos alunos, a professora colocará um filme com audiodescrição para a turma, um dos filmes propostos é o DVD Turma da Mônica em Cine Gibi 5, Luz, Câmera, Ação, do produtor Maurício de Sousa, distribuído pela PARAMOUNT-AMZ. Em pesquisa realizada anteriormente com minha participação e sob a orientação do professor Charles Rocha Teixeira (Teixeira, Fiore, Carvalho, 2013), na qual analisamos a audiodescrição de acordo com os parâmetros do Guia RNIB Sunshine House School (2009) e de bibliografia adotada, verificamos que a audiodescrição das histórias do DVD foram satisfatórios, pois seguia os parâmetros estipulados pelo guia como linguagem acessível, vocabulário simples, a não sobreposição de efeitos sonoros e musicas da trilha sonora.

O DVD Tuma da Mônica em Cine Gibi 5 possui um Menu acessível com audiodescrição, versão com legenda em português, versão com língua de sinais e versão com língua de sinais e legenda em português. O DVD também conta com a audiodescrição de todos os personagens e lugares que irão aparecer no decorrer de todas as histórias do filme.

Segundo Silva e Lima, o desenho animado possibilita que os espectadores, desde a tenra idade, atuem sobre o seu próprio equilíbrio interno; projetem-se; vivam outras vidas, em ambientes, espaços e tempos que recriam, refratam o real. A animação tem uma forma de envolver o espectador, pois o possibilita recriar o mundo e com a ajuda dos símbolos da arte, podemos manifestar impulsos e valores significantes, que, de outra maneira, não teriam como serem comunicados (a emoção, o carinho, o desejo, a simpatia, o amor).

Como afirma Giroux, (1995, p. 51, apud Bento 2010, p 19)

> A importância dos filmes animados opera em muitos registros, mas um dos mais persuasivos é o papel que eles exercem como novas “máquinas de ensinar”. Logo descobri que para meus filhos, e suspeito que para muitas outras crianças, esses filmes inspiram no mínimo tanta autoridade cultural e legitimidade para ensinar papéis específicos, valores e ideais quanto locais mais tradicionais de aprendizagem, tais como escolas públicas, instituições religiosas e a família.

Assim, para as crianças com deficiência visual, a ausência de audiodescrição nas animações dificulta, limita e impede a construção de imagens mentais suscitadas pelo texto da animação, a ampliação do conhecimento de mundo e linguístico, a construção do simbólico através do brincar e do faz de conta.

Após o filme, novamente a professora realizará uma roda de conversa com os alunos perguntando o que eles acharam e no que a audiodescrição contribui para o entendimento dos colegas da turma.

3.2 Atividade: criando uma história com audiodescrição

A proposta dessa atividade tem por base atividade já realizada em projeto PIBIC anteriormente desenvolvido no CEEDV – Centro de Educação Especial do Deficiente Visual. Na ocasião trabalhamos com salas de alunos com deficiência visual com faixa etária diferente: 4 a 5 anos e 6 a 8 anos. Em ambas as salas foi apresentado um filme com audiodescrição e depois os alunos foram estimulados a reproduzir a história, contando detalhes dos personagens, ambientes, ações, etc. Devido ao resultado positivo da atividade, uma vez que as crianças se divertiram muito com a história e se empenharam em lembrar dos detalhes das cenas, para a atividade proposta aqui, além desse mesmo procedimento, será solicitado, também, que as crianças criem sua própria história descrevendo os personagens e os ambientes. A professora dividirá a turma em grupos, cada um com sua folha e as crianças com deficiência visual com suas maquinas de braile. Cada grupo irá escrever o nome de um personagem da história e suas características.

Após essa atividade, os alunos e a professora em uma roda começariam a escrever sua própria história, baseando-se na audiodescrição do filme que foi visto anteriormente. Assim tanto os alunos videntes quanto os não videntes poderão participar da atividade proposta.

3.3 Atividade: Conhecendo a escola

A professora iniciará a aula abordando o tema acessibilidade na escola.

Após a conversa sobre o tema, a professora dividirá a sala em grupos, sempre alternando crianças videntes e não videntes para que a sala não fique dividida. Cada grupo terá que escolher uma parte da escola e fazer uma descrição detalhada do local, eles poderão ir até ao local para que não se esqueçam de nada. Ao final da aula os grupos irão apresentar suas descrições

e apontar as melhorias que podem ser feitas na escola com relação à acessibilidade. Essa atividade irá proporcionar aspectos positivos para a inclusão de pessoas não só com deficiência visual, mas também com outras deficiências no ambiente escolar.

Para que essas atividades sejam colocadas em prática, há a necessidade de promover um ambiente acolhedor proporcionado pelos professores e profissionais da educação formando uma rede de apoio dentro da escola e fora para que o processo de inclusão seja efetivo.

As atividades apresentadas, segundo Motta (2014) poderão promover,

> Uma reflexão sobre o conviver com a diferença, enfatizando os aspectos positivos da inclusão, os direitos das pessoas com deficiência à educação, lazer, transporte e trabalho. Para complementá-la, outros materiais poderão ser utilizados como filmes, notícias de jornal, da *web*, histórias infantis. O aluno com deficiência deverá participar ativamente das atividades propostas, e sentindo-se à vontade, poderá dar seu depoimento. (MOTTA, 2014, p.11)

Cabe aos sistemas de ensino organizar a educação de forma a ela ser efetivamente inclusiva e fazer com que os recursos de acessibilidade estejam disponíveis para atender esses alunos.

> Segundo Ainscow (2009), a inclusão escolar pressupõe um processo em três níveis assim denominados: a) "estar na escola", na medida em que os alunos deficientes devem estar no mesmo espaço geográfico que os demais alunos, transpondo as barreiras das antigas classes especiais; b) "participação", que significa dar condições para que os alunos, além de se colocarem presentes no mesmo espaço, participem das atividades, c) "aquisição de conhecimentos", que sintetiza a razão da existência da instituição escolar. (ABE, ARAUJO, 2010)

Os Professores precisam ser disponíveis ao outro e assim transformar o sistema educacional para garantir um ensino de qualidade para todos os alunos. A diversidade e as individualidades dos alunos precisam ser atendidas, não basta apenas inserir o educando dentro de uma sala de aula, mas sim, oferecer todas as condições para que haja um projeto pedagógico inclusivo e efetivo.

Nas escolas, “o conhecimento sobre o recurso e sobre seus benefícios, aplicabilidade e técnicas permitirá que possa ser utilizado como ferramenta, o que sem dúvida poderá contribuir para o enriquecimento do agir pedagógico e para a abertura de mais oportunidades de aprendizagem para os alunos cegos e com baixa visão”. (MOTTA, 2014, p.6)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito ainda precisa ser feito para que políticas educacionais inclusivas sejam implantadas nas escolas. Cabe aos sistemas de ensino organizar a educação inclusiva e fazer com que os recursos de acessibilidade estejam disponíveis para atender todos os alunos com deficiência. Especificamente, os alunos com deficiência visual, sujeitos dessa discussão de trabalho final de curso.

A formação dos professores deve ser sensível a esses assuntos para que se possa refletir sobre a própria prática docente e planejar as aulas de maneira flexível, articulando o ensino às demandas de aprendizagem de cada aluno, considerando diversas possibilidades educacionais. Isso possibilitará uma vivencia harmoniosa dentro do combate à violência, a segregação e ao preconceito, fazendo com que as crianças aprendam na cidadania e não para a cidadania.

Os professores precisam assegurar o atendimento à diversidade existente em sua sala de aula, refletir sobre o currículo proposto, questionando os conteúdos que já existem, os objetivos para que a realidade da sua turma seja atendida. Ele precisa repensar o conteúdo, o tempo e a realidade dos seus alunos e da sua sala de aula.

A inclusão dentro dos sistemas de ensino requer professores disponíveis para atuar na diversidade, para enfrentar os desafios de serem mediadores. Um professor que compreenda as diferenças e valorize as potencialidades de cada aluno, favorecendo a aprendizagem de todos, fará e será a diferença na educação brasileira.

Precisamos destacar que a inclusão dos alunos com deficiência na escola é possível e se faz urgente para o fortalecimento da democracia. Assim, para que isso aconteça “temos a necessidade de pensar a inclusão para que ela se materialize no enfrentamento e encaminhamento de propostas e programas de ensino e adoção de princípios pedagógicos democráticos em respeito às minorias historicamente excluídas da educação.” (COSTA, 2012 p.92)

Vemos que a audiodescrição pode contribuir para que crianças com deficiência visual tenham o direito de se inteirar das produções audiovisuais que hoje em dia fazem parte do nosso cotidiano. Para que isso ocorra, é preciso que cada vez mais a audiodescrição se torne um recurso de acessibilidade acessível às crianças com deficiência visual e que estas possam ter igualdade de oportunidades culturais, educacionais e de lazer.

O professor ao descrever o mundo imagético para a criança cega como as imagens dos livros didáticos, o ambiente da sala de aula, os colegas de classe, o pátio da escola etc. faz com que a criança se sinta parte daquele espaço e possa assim ter experiências mais profundas de aprendizagem. A consciência do professor em tornar a sala de aula e a escola um espaço acessível é de total importância para um ensino digno de crianças com deficiência visual.

Por fim, construir uma escola inclusiva que atenda adequadamente os estudantes com deficiência e suas especificidades, é um dos grandes desafios do sistema educacional brasileiro. Respeitar os ritmos de aprendizagem, as diferentes características e potencialidades desses alunos são de grande importância pra a se obter de fato um resultado positivo dentro das escolas de ensino inclusivo.

Precisamos ter uma visão mais humana e solidária ao olhar para o outro, às questões de acessibilidade para pessoas com deficiência precisam ser pensadas e repensadas até que todos os seus direitos sejam, de fato, atendidos. Quanto mais barreiras encontradas mais deficiente o sujeito se tornará.

A audiodescrição é um campo fértil para pesquisas e o presente estudo junta-se a outros nesta área, cada vez mais atuante no cenário acadêmico brasileiro. No entanto, mais do que uma contribuição para a academia, este trabalho tem uma grande importância social, pois as crianças com deficiência visual devem sim ter os recursos de acessibilidade a seu favor, auxiliando nas questões tanto do ensino como da aprendizagem.

PARTE III

5. PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Minhas perspectivas estão voltadas claramente para o trabalho em sala de aula. Pretendo prestar concurso público para a Secretária de Educação, para poder desenvolver na prática, os princípios defendidos neste trabalho na escola pública e poder colocar em prática as atividades com audiodescrição propostas nesse trabalho.

Pretendo fazer a seleção do Mestrado na Universidade de Brasília no final de 2016 e mais para frente desejo fazer também Doutorado. Acredito em uma formação continuada e quero buscar compreender cada vez mais a educação inclusiva e me capacitar, potencializando minha prática como educadora.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABE, P. ; ARAUJO, R. A participação escolar de alunos com deficiência na percepção de seus professores. In **Revista Brasileira de Educação Especial.** vol.16 no.2 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382010000200009&script=sci_arttext Acesso: 19.07.2015.

ALONSO, D. Os desafios da educação inclusiva: foco nas redes de apoio. In **Revista Nova Escola.** Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/formacao/palavra-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml Acesso: 05/04/2015

ALVES, S. TELES,V. PEREIRA, T. Propostas para um modelo brasileiro de audiodescrição para deficientes visuais. In **Revista Tradução e Comunicação**. n22, 2011. Disponível em: http://sare.unianhanguera.edu.br/index

ARROYO, M. Políticas educacionais, igualdade e diferenças. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.** Vol.27. n1 ANPAE. jan./abr. 2011. pp. 83-94.

CARLETTO, 2007/2008. Disponível em : http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/488-4.pdf Acesso em: 22/08/2015

CORREIA, L. M. **Inclusão e necessidades educativas especiais**: um guia para educadores e professores. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994. Disponível em : http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf Acesso: 12/10/2015

DINIS, D. BARBOSA, L. SANTOS, W. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. In **SUR**, v. 6, n. 11, dez. 2009, p. 65-77.

DUTRA, C. GRIBOSKI, C. ALVES, D. BARBOSA, K. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em : http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf Acesso: 23.07.2015

FRANCO, E. Em busca de um modelo de acessibilidade audiovisual para cegos no Brasil: um projeto piloto. In: FRANCO, E. P. C.; ARAÚJO, V. L. S. **TRADTERM**, número 13, 2007, 171-186.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. 25ª edição. Editora Paz e Terra, 2002.

KASSAR, M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional.** Educ. rev. no.41 Curitiba July/Sept. 2011.

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acessado em: 06/09/2015.

LIMA, F. GUEDES, L. GUEDES, M. Áudio-descrição: orientações para uma prática sem barreiras atitudinais.

MANZINI, E. CORRÊA. **Avaliação da acessibilidade em escolas do ensino fundamental usando a tecnologia digital**. GT-15: Educação Especial, UNESP, CNPq.

MÁRTINS, L. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: ALMEIDA,T. FILHO, T. **O professor e a educação inclusiva:** Formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA. 2012

MELO, Marcos W. S. Acessibilidade na educação inclusiva: uma perspectiva além dos muros da escola. In **Sitientibus**. n. 44, p. 113-127, Feira de Santana jan./jun. 2011

MOTTA, L. M. V. **A audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo.** http://www.vercompalavras.com.br/pdf/a-audiodescricao-na-escola.pdf acesso: 03.04.2015

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação.** 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PIMENTEL. Susana C. Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, Theresinha G. GALVÃO FILHO. Teófilo A. (Orgs). **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.(*) Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

ROYAL NATIONAL INSTITUTE OF BLIND PEOPLE. **Audio description for children**. 2006. Texto publicado no site do RNIB. Disponível em: <http://www.rnib.org.uk/xpedio/groups/public/documents/publicwebsite/public_ADforchildren.doc>.

SANTOS, F. **A avaliação da audiodescrição de desenhos animados: uma pesquisa exploratória**. Universidade do estado do rio grande do norte – UERN, 2011.

SILVA, M. **Com os olhos do coração**: Estudo acerca da audiodescrição de desenhos animados para o público infantil. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2009.

SILVA, T. **A produção social da identidade e da diferença**, 2011. Disponível em : http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20social%20da%20identidade%20e%20da%20diferen%C3%A7a%20-%20Tomaz%20Tadeu%20da%20Silva.pdf

SANTIN, S. SIMMONS, N. Toronto, Canadá. Tradução de Ilza Viegas. Artigo publicado em inglês pela “Visual Impairment and Blindness”. 1977.

TEIXEIRA, Charles R,; FIORE, Sofia F. A. ; CARVALHO, Bárbara L.; Filmes infantis audiodescritos no Brasil: uma análise dos filmes *Turma da Mônica 2* e *Hotel Transilvânia*. In **Revista Tradução e Comunicação**. N. 27. São Paulo: Anhanguera, 2013. pp. 163-178. Disponível em : http://sare.anhanguera.com/index.php/rtcom/article/view /.../1554

VYGOTSKI, L. S.. Obras completas: tomo cinco. **Fundamentos da Defectologia**. La Havana: Pueblo y Educacuón, 1987.

ZOÍA, A. Todos iguais, todos desiguais. In: ALMEIDA, D. B. de (Org). Educação: diversidade e inclusão em debate. Goiânia**: Descubra,** 2006. p.13-25.